

PC DO B CONTA A SUA HISTÓRIA: TRADIÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE POLÍTICA*

*Jean Rodrigues Sales***

Resumo. Este artigo pretende discutir o papel que a memória e a história desempenham dentro de um partido comunista no sentido de lhe dar coesão e identidade política. No caso do PC do B, a história desempenhou um papel fundamental no seu nascimento e na sua afirmação frente a outros grupos de esquerda, em particular ao PCB. Nesse caso, foi travada uma verdadeira batalha entre os dois partidos pela memória e história da tradição comunista brasileira.

Palavras-chave: Memória, História, Identidade, PC do B.

THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY REVEALS ITS HISTORY: TRADITION, MEMORY AND POLITICAL IDENTITY

Abstract. This article aims to discuss the role of memory and history inside of a communist party, in the sense of inquiring their significance for its political identity. In the case of Communist Party of Brazil history fulfil a key role for its affirmation in view of other link groups, mainly of the PCB. This confrontation between the two parties was distinguished by a dispute about memory and history of Brazilian communist tradition.

Key words: Memory, History, Identity, Communist Party of Brazil.

INTRODUÇÃO

Os partidos comunistas dão uma atenção especial ao seu passado. As referências à história da organização sempre estiveram presentes na trajetória dos comunistas. Seja nos momentos de comemoração, seja nos de crise, eles

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na XVII Semana de História da UNESP/Assis, em novembro de 1999 e fez parte da pesquisa para minha dissertação de mestrado, que foi financiada pela FAPESP. (SALES, 2000).

** Doutorando no programa de pós-graduação em história social do trabalho no IFCH-UNICAMP. Email: jeanrodrigues@bol.com.br

sempre recorreram à história partidária como elemento fundamental de conformação de sua identidade política. Essa importância dada ao passado, por si só, pode representar um campo de reflexão para o historiador, na medida em que possibilita a discussão de temas importantes para o entendimento da trajetória e da prática política dos comunistas, mas que foram até agora pouco explorados pelos estudiosos brasileiros. Temas como a construção de identidades coletivas, relações entre memória e história, legitimação de práticas políticas etc, como veremos, podem ser um caminho para o entendimento de questões que nem sempre são compreensíveis a partir da historiografia mais tradicional sobre o comunismo brasileiro.

Nesse caminho, Dulce Pandolfi, em seu estudo sobre a história e a memória do PCB, traça alguns caminhos que podem ajudar a quem queira enveredar por esses temas. A autora chama a atenção para a importância que a relação com o passado assume nos partidos comunistas, exercendo um forte papel em suas intervenções políticas. A referência ao passado seria um elemento fundamental na construção da identidade comunista e, ao mesmo tempo, na manutenção da coesão partidária. No processo de construção da identidade do partido, a memória coletiva desempenharia um papel destacado. Segundo a autora:

Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum. (1995, p. 15).

Uma outra questão que estaria imbricada nessas relações entre presente e passado, memória e identidade política, seria o próprio projeto político do grupo, que, para se afirmar, se apoiaria fortemente na história partidária. Isso porque, diz a autora,

todos os partidos comunistas possuem um projeto bastante definido e consistente. Em função de um objetivo maior e de longo alcance, que é a construção de uma nova sociedade, projetos menores são elaborados. Servindo a uma concepção teleológica da história, comum a todas as organizações comunistas, o presente existe em função do futuro, e é o futuro que dá forma ao passado. (1995, p. 18).

Michael Pollak também chama a atenção para o quanto é importante, para a manutenção da coerência dos discursos das instituições políticas, a forma como elas lidam com o passado, em que a memória seria responsável pelo reconhecimento dos indivíduos na imagem que a instituição política forja

de si mesma. Sem essa identificação, sem esse sentimento de pertencimento do indivíduo ao projeto político, não seria possível manter a coesão institucional necessária à atuação política. Para o autor,

toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Temos exemplos disso por ocasião de congressos de partidos em que ocorrem reorientações que produzem rachas. (1989, p. 10).

Se é verdade, como afirmam os autores acima, que os comunistas têm no passado uma fonte fundamental de legitimação política e que não podem mudar radicalmente de direção os seus projetos políticos sem antes reelaborar seu passado, sob risco de seus militantes não se reconhecerem e não se identificarem com as suas próprias instituições e assim se colocar em risco a identidade do grupo e dos indivíduos, no caso do PC do B o problema ganhou um relevo ainda maior, o que se deu pela própria especificidade de sua trajetória política, ou seja, pelo fato de ter surgido como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ter que, principalmente em seus primeiros anos de atuação, demarcar suas diferenças em relação a sua matriz.

Na demarcação de território político e ideológico em relação ao PCB, uma das principais ferramentas utilizadas pelo PC do B foi exatamente a história e a memória partidária. Com efeito, o discurso político que fundamenta a criação do partido seria estruturado a partir do respaldo no passado, e que tem como exemplo mais aparente o fato de, ao surgir ou, como querem seus membros, ser "reorganizado" em 1962, reivindicar para si o nome e o patrimônio simbólico do velho partido comunista fundado em 1922. E vai ser exatamente através do respaldo em sua história que o PC do B irá tentar convencer os seus militantes e interlocutores de que seria o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, o que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninistas, enquanto o outro teria se afastado desse caminho. Podemos dizer que essa disputa com o PCB pelo patrimônio simbólico da tradição comunista brasileira marcou toda a história do PC do B, e a ela o partido dispensou muito de suas energias, o que poderemos ver pelo lugar especial que a questão ocupa na história que o PC do B conta de si mesmo.

PC do B e PCB: a disputa de um passado

A recuperação, no TSE, do registro legal do Partido, encerrou uma longa batalha(...). Agora, essa batalha chega ao seu final com a confirmação do que já havia garantido de fato: a continuidade da trajetória histórica do **PCB**, iniciada em março de 1922.¹

O **PC do B** tem atrás de si 77 anos de história, mais de três quartos deles passados na clandestinidade, sempre perto do povo trabalhador e longe das benesses do poder, sempre suportando e enfrentando os não poucos golpes de força que os poderosos de turno impuseram ao país. (Joffily, 1999, p. 6).

A epígrafe acima mostra um aspecto marcante da história do PC do B: a disputa pelo patrimônio simbólico do Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em 1922, o qual, em 1961, adotaria o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla.² Como já vimos, o PC do B surge em 1962 e reivindica para si a antiga nomenclatura e, junto com ela, a tradição partidária que remontava a 1922. Os dois partidos, separados desde então, passaram, cada um a seu modo, a contar sua própria história. Como veremos, a forma de contar e tentar se apropriar do passado apresenta alguns elementos que marcam fortemente a trajetória política do PC do B.

O PC do B aparece e coloca uma questão para o debate político e para as interpretações históricas: qual seria o verdadeiro partido comunista, PCB ou PC do B? - uma vez que, como sabemos, a tradição do movimento comunista internacional, guiado pelos ditames da III Internacional Comunista (III IC), não aceitava a existência de dois partidos comunistas em um mesmo país. Para nós, entretanto, não importa aqui discutir qual seria o partido que mereceria, ou teria o direito de ganhar o título de “verdadeiro” partido de 1922. Vamos analisar o problema a partir de outra abordagem. Ao invés de perguntar qual o representante oficial dessa ou daquela tradição comunista, vamos questionar os motivos que

¹ Trecho retirado da *Home Page* do Partido Comunista Brasileiro - PCB - no dia 28/05/1999 (www.pcb.org.br).

² Quando falarmos aqui em PCB, estamos nos referindo ao partido que surgiu em 1922 e existiu até o início da década de noventa. Não vamos entrar aqui nas discussões a respeito de seu X Congresso - realizado em janeiro de 1992 -, quando foi decidida a sua "transformação", passando ele a se chamar Partido Popular Socialista (PPS). Após o Congresso, um grupo de militantes, que não aceitou esta "transformação", manteve-se organizado sob o nome antigo - PCB. Dessa forma, existem hoje pelo menos três grupos que reivindicam a sua origem na longínqua fundação de 1922: O PC do B, o PCB e o PPS.

levaram os dois grupos a reivindicarem a origem de 1922. Que importância isso teria para suas atuações? Por que gastaram tantas energias nesse debate?

Acreditamos que seja possível tratar dessa disputa à luz das indicações feitas por Pollak e Pandolfi. Nesse sentido, partimos da hipótese de que os dois partidos reivindicam para si a tradição e os símbolos representados na trajetória comunista brasileira desde 1922 para legitimar suas atuações políticas no presente e, assim, conseguir a coesão necessária para a atuação de seus militantes, que apresentam grande respeito e admiração por esse passado reivindicado. Para ambos os grupos, admitir que não representam a continuidade da tradição comunista brasileira poderia, e talvez hoje ainda possa, acarretar a perda de militantes. No caso do PC do B, isso é ainda mais evidente, uma vez que, sendo ele o grupo que rompeu e que, a princípio, não demonstrou grande diferença em relação ao PCB - nem de caráter teórico nem em sua atuação política -, acabou por utilizar o argumento da autoridade que advinha de "seu" passado para justificar tanto o seu nascimento quanto a orientação política que seguiria a partir de então. Em resumo, o PC do B se apresenta como o "verdadeiro partido do proletariado", porque teria se mantido dentro da tradição política de 1922, enquanto o outro grupo teria rompido com essa tradição ao abandonar o marxismo-leninismo e se alinhar à corrente revisionista soviética. Vejamos como se deu esse debate e a forma utilizada pelos partidos na apropriação de "seu" passado.³

No jornal *Novos Rumos* de janeiro de 1962, foi publicado o editorial "Em defesa da unidade do partido", que seria o marco inicial e daria os contornos à problemática da disputa pela história partidária. É nesse documento que o PCB lançaria a interpretação a respeito dos motivos que levaram os seus dirigentes a expulsar o grupo dissidente; e é em resposta a ele que o PC do B fará também suas primeiras considerações sobre a cisão. Segundo o documento, o grupo "fracionista" teria surgido nos debates travados dentro do PCB após o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, quando, ao mesmo tempo em que o partido teria conseguido se depurar de tendências "liquidacionistas", havia permanecido nele um grupo que resistia às mudanças e apegava-se "à orientação errônea do passado e resistia à modificação dos métodos já condenados". Assim, em agosto de 1957, ter-se-ia tornado impossível a permanência dos dirigentes que pertenciam a este último grupo em cargos de maior responsabilidade na estrutura partidária,

³ Uma observação pertinente a respeito dessa disputa pelo passado é que, apesar dos esforços e energias gastos nas discussões, nenhum dos dois partidos, até o momento, conseguiu escrever uma "história oficial", o que por si só pode revelar as dificuldades de se apropriar de um passado que se quer cristalizado, mas que na verdade está em disputa. Ver a este respeito um artigo de Dario Canale sobre a problemática da escrita da história do PCB. (1986: 77-92).

sendo decidido então afastá-los de seus postos na Comissão Executiva.⁴

Este grupo, “dogmático e sectário”, ainda segundo o documento acima, teria feito oposição cerrada à nova política adotada pelo partido a partir de 1958, até que, depois do V Congresso, no qual a nova política fora referendada pela maioria dos militantes, o grupo começou a praticar atividades “grupistas”. Para isso, “os seus componentes adotaram o recurso de utilizar as frentes de trabalho em que atuavam para combater as decisões da convenção nacional e sabotar o cumprimento das tarefas traçadas pela direção eleita”. Por fim, ele teria, com a “carta dos cem”⁵, agido como uma fração, ao tornar pública uma declaração criticando a direção do partido, sendo por isso expulso das fileiras do PCB. Tal grupo teria cometido um crime imperdoável para os comunistas: teria agido contra a unidade do movimento comunista.

O PC do B, desde o seu nascimento, combateu essa interpretação feita pelo PCB. Na sua Conferência Nacional Extraordinária, realizada em fevereiro de 1962, quando foi declarada a “reorganização” partidária, já em seu primeiro documento, “Em defesa do partido” (PC do B, 1974a, 25-30), procurou demarcar território nessa disputa e expôs a sua versão a respeito do processo que desembocou na cisão de 1962. Os momentos importantes que teriam levado o grupo a se formar e a “reorganizar” o partido, seriam praticamente os mesmos apontados pelo PCB. Entretanto, a interpretação a respeito das motivações seria oposta àquela feita pelo grupo de Luís Carlos Prestes. Enquanto o PCB acusava o grupo de “sectário”, “dogmático” e “fracionista”, o PC do B iria acusar a direção do PCB de ter traído os princípios marxista-leninistas, tornando-se um partido revisionista.

O processo, segundo o PC do B, teria tido início nos debates em torno do significado do XX Congresso do PCUS. Nesse momento, um grupo revisionista teria sido expulso, tendo porém suas idéias permanecido e chegado mesmo a receber a adesão da maioria do Comitê Central em 1957, quando vários dirigentes teriam sido injustamente expulsos da Comissão Executiva e afastados para desempenhar suas funções em Estados distantes dos centros decisórios. A partir de então, teriam sido colocadas em prática medidas claramente “liquidacionistas”. Diante dessa situação, um grupo de militantes, com espírito partidário, teria tentado mostrar à direção do PCB

⁴ A respeito da história do PCB entre as décadas de 50 e 60, pode-se ver o livro de Ronald Chilcote (1982).

⁵ A “Carta dos cem” foi um documento elaborado pelos militantes que fundariam o PC do B como protesto frente à atitude da direção do PCB de mudar o nome do partido. Os principais signatários do documento acabaram, por este ato, sendo expulsos do PCB. A respeito dessas discussões e da cisão que daria origem ao PC do B, pode-se ver a nossa dissertação de mestrado. (Sales, 2000).

que alterar o nome do Partido, retirar dos Estatutos a afirmação de que os comunistas se orientam pelos princípios marxista-leninistas e abandonar o objetivo último do comunismo, a fim de tentar conseguir o registro eleitoral, constituía grave transgressão de resoluções do V congresso, que só um novo congresso poderia modificar. (PC do B, 1974a, p. 28).

A resposta da direção do PCB, ao invés de abrir uma discussão a respeito do assunto, teria vindo através do

caminho das medidas punitivas, da acusação de fracionismo e, inclusive, da expulsão de velhos e respeitados lutadores comunistas, cujo crime consiste em não admitir a liquidação de nosso glorioso partido. A conduta intolerante da direção nacional representou na realidade a abolição do direito de divergir, a fuga do dever de discutir sua posição capituladora e a consumação do divisionismo no movimento comunista, provocada pela criação do Partido Comunista Brasileiro. (PC do B, 1974a, p. 28).

Diante dessa tentativa de “liquidação” do partido, prosseguia o documento:

centenas de militantes comunistas de todo o país concordaram com a convocação e a realização da presente Conferência Nacional Extraordinária para tratar da reorganização do Partido Comunista do Brasil, discutir um Manifesto-Programa, deliberar sobre os Estatutos apresentados no V congresso e eleger um novo Comitê Central para dirigir o Partido até o próximo Congresso. (PC do B, 1974a, p. 28).

Dez anos depois, no momento de comemoração pelo décimo aniversário da “reorganização” do partido e dos cinquenta anos de sua “fundação”, a direção do PC do B retoma os esforços na escrita de sua história. Dentre os vários documentos publicados, destacamos o "Balanço da atividade revolucionária do PC do B" (PC do B, 1974b, p. 31-94), pois as linhas gerais nele apontadas são aceitas pelo partido como sendo, praticamente, uma história oficial. Este documento também se reveste de importância, por se referir ao período de 1922 a 1961, dizendo respeito, portanto, a episódios que são reivindicados pelos dois partidos comunistas como respaldo de suas trajetórias políticas. Vejamos sucintamente essa história que o PC do B conta de si mesmo.

Em primeiro lugar é ressaltado que a fundação do partido em 1922 se deu sob a influência direta da "Grande Revolução Socialista de Outubro" e como necessidade do próprio desenvolvimento social brasileiro e de sua classe operária. Nos seus primeiros anos de vida, sua atuação teria sido marcada pela

incapacidade de entender a realidade na qual estava inserido e pela tentativa de aplicar mecanicamente as teses da III Internacional Comunista.

Durante o Estado Novo, o partido teria aos poucos se afastado dos objetivos revolucionários, e se orientado, paulatinamente, para o nacional-reformismo. No pós-guerra, ele erraria novamente ao não entender a nova conjuntura que se abria, mantendo a mesma palavra-de-ordem que utilizava antes da guerra. No breve período de legalidade, mesmo levando-se em consideração a legitimidade da luta pela redemocratização do país, "...a orientação do Partido tem um fundo oportunista. Está baseada na idéia de que, com a derrota do nazismo, surge uma nova época, de desenvolvimento pacífico, que prescinde da revolução..." (PC do B, 1974b, p. 47).

O Manifesto de Agosto de 1950 teria sido o momento em que "...o partido faz séria tentativa de romper com as posições reformistas e de adotar uma linha verdadeiramente revolucionária. O Manifesto de Agosto, que encarna esta tentativa, se orienta para a revolução e a luta armada.", ainda que neste caminho o partido tenha assumido posições sectárias. (PC do B, 1974b, p. 48). O IV congresso teria representado outro momento importante para o PCB, em que se fez uma análise essencialmente justa da realidade, mesmo que tenham permanecido no partido idéias burguesas, o que se refletia no apoio à política imperialista de Kubitschek.

O XX Congresso do PCUS é apontado como um elemento que influenciou no desencadeamento de um surto revisionista no PCB, quando "...a orientação Kruschevista é adotada oficialmente pelo partido e o programa de 1954 é posto inteiramente de lado. O caminho revolucionário do Partido é, uma vez mais, truncado. Vencem as concepções reformistas." Essa orientação teria sido coroada pela Declaração de Março de 1958, quando o partido passa a defender abertamente a solução reformista, ao considerar "...que o Estado brasileiro está em processo de democratização crescente e que a democracia e a independência nacional serão conquistadas, paulatinamente, através de sucessivos governos das classes dominantes..." (PC do B, 1974b, p. 53).

Dentre as várias questões passíveis de discussão nessa "história" contada pelo PC do B, podemos destacar ao menos uma característica geral que lhe dá feição: há uma desvalorização, senão uma crítica, aos momentos nos quais os problemas do partido estiveram mais diretamente influenciados pelo grupo ligado a Luís Carlos Prestes, como a Revolta de 35, a atuação no período da legalidade e a política traçada pela Declaração de Março de 1958 e pelo V Congresso. Por outro lado, há uma valorização dos momentos que podem ser identificados com o núcleo que viria a fundar o PC do B em 1962, como o Manifesto de Agosto de 1950, a política traçada pelo IV Congresso e a oposição à política da Declaração de Março e às resoluções do V Congresso.

Os elementos presentes nestas retomadas do passado passarão a

constituir pontos fundamentais do discurso dos dois partidos, sendo que, em alguns momentos - como na data de aniversário da fundação de 1922 - aparecem com maior ênfase. No caso do PC do B, a referência ao passado constitui, sem dúvida, um elemento fundamental que o acompanha até os nossos dias, e ao problema o partido dispensa uma atenção constante. Exemplo disso é que em 1972, dez anos após a “reorganização” do partido, foi escrita uma série de documentos⁶ nos quais transparece o esforço do partido em contar uma história adequada ao seu projeto político. Ainda nessa década foram publicados pelo menos mais dois livros em que o partido “conta” sua história. (PC do B, 1974a; 1974c.).

De lá até aqui são inúmeros os exemplos dos esforços do partido na escrita de sua história, mas não vem ao caso aqui fazer nenhum levantamento exaustivo. A título de exemplo, podemos citar, além de artigos publicados na imprensa partidária por ocasião de “seu” aniversário, dois trabalhos que, mesmo não sendo um história oficial do partido, foram feitos por militantes e, portanto, tiveram a aceitação da sua direção. O primeiro é de Haroldo Lima, escrito em 1981, no qual é traçado um “itinerário” da história do PC do B e um balanço dos principais acontecimentos da história partidária, de 1922 até o início da década de oitenta. Segundo Lima, a justificativa para esse trabalho estaria no fato de a história do partido ser constantemente adulterada:

A burguesia tudo tem feito para escondê-la, truncá-la, subestimá-la. Oportunistas de todos matizes, especialmente os que fundaram em 1961 o Partido Comunista Brasileiro, interessados na liquidação do partido, fazem frente com a burguesia para desvirtuar aquela história. (Lima, 1984, p. 7).

O outro trabalho, mais recente, de Marcos Cassin, também faz um balanço de momentos importantes da história do PC do B. A justificativa para a necessidade de seu estudo seria a necessidade de retomar o passado para entender a atuação presente do partido, uma vez que o PC do B seria o resultado de toda a sua tradição histórica. Nas palavras do autor,

Faz-se necessário, mesmo que seja breve e pontuada, registrar a história do Partido Comunista do Brasil, desde sua fundação, até seu último congresso, o oitavo, realizado em 1992, na cidade de Brasília. Necessidade que se impõe para podermos compreender o PC do B de hoje como síntese de sua própria história (Cassin, 1996, p. 2).⁷

⁶ Os documentos escritos para esta ocasião foram publicados in (PC do B, 1974b).

⁷ Outros exemplos podem ser vistos in (PC do B, s/d) e (PC do B, 1990) e, mais recentemente, (PC do B, 2000).

Em boa medida, os êxitos conseguidos pelo partido no decorrer de sua trajetória, principalmente em seus primeiros anos de existência, estiveram ancorados na coesão política de sua militância legitimada por um passado de luta revolucionária e de combate às idéias revisionistas. Apesar disso, do partido aparecer como uma organização monolítica, em que todos seus membros se reconheçam na história por ele contada e da eficácia desse mecanismo, algumas vezes não é possível fazer com que todos os militantes aceitem e se reconheçam nesse passado, que pode mesmo ser abertamente questionado. Como veremos adiante, o partido nunca conseguiu, de maneira eficaz, contar uma história da guerrilha do Araguaia que fosse aceita pelo conjunto partidário. Como disse Pollak, quando os membros de uma instituição não se reconhecem nas novas imagens e nas interpretações do passado individual e de sua organização, corre-se o risco de surgirem tensões difíceis de dominar. O PC do B somente a duras penas conseguiu (se é que conseguiu) dominar as tensões causadas pelo debate em torno do significado da experiência no Araguaia.

A difícil história da guerrilha do Araguaia

O PC do B esteve envolvido em uma guerrilha na região do Araguaia, Sul do Pará, entre 1972 e 1974, tendo, no final, quase todos os seus participantes aniquilados pelo Exército.⁸ Quando os dirigentes do partido foram fazer a avaliação deste evento, perceberam que nem sempre é possível se apropriar do passado sem conflitos e sem rupturas dentro do grupo; ao contrário, falar do Araguaia se transformou em motivo de intensa divergência no interior do PC do B. No momento da avaliação, a direção se dividiu em pelo menos duas tendências, que dariam significados distintos à guerrilha do Araguaia.

Da morte dos guerrilheiros até o momento em que o partido admitiu que os combatentes do Araguaia tinham sido mortos, haveria ainda um longo caminho a ser percorrido. Seja pelo duro impacto da derrota, seja pelas dúvidas a respeito do que realmente havia acontecido com os militantes - se haviam sido presos ou assassinados -, somente em abril de 1976 a direção do PC do B admitiu publicamente, através do artigo “Invencível bandeira de luta”, publicado no seu jornal *A Classe Operária*, que havia acontecido um

⁸ Não pretendemos falar aqui propriamente da guerrilha, já que estamos tratando do debate no interior do partido sobre o episódio. Para informações específicas sobre o assunto, ver: (Pomar, 1980); (Portela, 1979); (Dória, 1978); (Campos Filhos, 1997); (PC do B, 1996). Foi ainda publicado o diário dos guerrilheiros, ver: (*Diário*, 1979). Por fim, temos um relato, em forma de memórias, de um dos participantes (Sá, 1990) e uma versão romanceada dos acontecimentos (Cabral, 1993).

“temporário retrocesso na guerrilha”. Por outro lado, ressaltava que a bandeira da “guerra popular”, empunhada pelos combatentes, continuava válida e que a guerrilha seria, com “...o exército popular, adestrado em mil batalhas, capaz de assestar golpes demolidores nas forças de reação e libertar a pátria dos seus piores inimigos”.

Essa não era, contudo, a posição de todo o partido, nem mesmo de toda a sua direção, a respeito do significado da experiência guerrilheira. Um ano antes, já haviam se iniciado as discussões a este respeito e, até aquele momento - abril de 1976 -, não se havia chegado a um denominador comum. Em fevereiro, o Comitê Central (C. C.) reuniu-se e aprovou uma “carta circular” que deveria ser lida pelos militantes, a qual, apesar de não tratar diretamente da questão do Araguaia, apontava como principal tarefa partidária naquele momento a de resguardar suas fileiras da repressão e voltar-se para o trabalho junto às massas, o que soava como uma crítica implícita ao voluntarismo presente na experiência guerrilheira (Pomar, 1980, p. 157-165).

Seria, porém, em uma reunião do C. C. de março de 1976 que apareceriam nitidamente as duas tendências que demarcariam território na discussão. De um lado, havia a posição defendida por Angelo Arroyo - da Comissão Militar e um dos poucos sobreviventes da guerrilha, sistematizada no documento “Um grande acontecimento na vida do país”, segundo a qual a experiência teria sido “altamente positiva”. Em suas palavras, o Araguaia

mostrou ser viável a luta do povo pobre, demonstrou que a luta armada responde a uma necessidade objetiva. Seu aparecimento indica que a revolução no Brasil vai-se transformar em questão prática, concreta.

Resumindo:

O balanço político, do ponto de vista da luta do nosso povo e do papel do Partido, no que respeita aos sucessos do Araguaia, é *altamente positivo*. (Pomar, 1980, p. 278).

Outra posição era representada por Pedro Pomar, em um documento que ficou conhecido como “Carta de Pomar”. De uma maneira geral, o dirigente argumentava que o erro do Araguaia teria sido estratégico e não tático; político e militar, e não apenas militar. Nesse caminho, uma das principais falhas teria sido a de não perceber que aquela conjuntura não era favorável para o desencadeamento da guerrilha e que, além disso, se começara um combate corpo-a-corpo contra o exército, quando deveria, antes, ter havido um trabalho político com as massas. Assim,

não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu derrota completa e não temporária. Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés. (Pomar, 1980, p. 293).

Em relação aos resultados políticos como experiência para o partido, diria que a vida se encarregara de mostrar que

este tipo de preparação - criando primeiro o dispositivo militar -, assim como a organização de grupos guerrilheiros só de comunistas, não permitirão sua sobrevivência nem seu desenvolvimento. Por mais conspirativa que venha a ser a preparação, o inimigo poderá descobri-la 'antes da criança nascer'; por mais heroicamente que se comportem os combatentes comunistas, se estiverem isolados das massas, sem seu apoio ativo, serão batidos; e por mais eficiente que seja a direção militar, com tal concepção será derrotada. Por isso, a orientação seguida no Araguaia tem que ser modificada em suas linhas oficiais. (Pomar, 1980, 299).

Como se percebe, as duas posições eram inconciliáveis. Porém, mais do que divergirem sobre os erros ou acertos da experiência do Araguaia, é importante ressaltar que elas traziam consigo elementos para a política que o partido deveria seguir no futuro. Subjacente à interpretação de Arroio – de que fora apenas um erro secundário, de preparação – estava a idéia de que o partido poderia continuar com a mesma tática e estratégia que utilizara até o momento - agitação das massas e preparação clandestina da luta armada. Já para Pomar, na medida em que não teria conseguido nenhum dos seus objetivos, aquela experiência demonstrara uma total ineficácia enquanto tática política e, nesse caminho, era necessário pensar em novas formas de atuação política.

O desfecho das divergências não se daria sem conflitos. Em setembro de 1976 foi publicado um artigo no jornal *A Classe Operária* que tentava dar desfecho as discussões iniciadas na reunião de março: "Gloriosa jornada de luta". A essência do artigo, porém, longe de denunciar os erros cometidos pelo partido no Araguaia, exaltava aquela que teria sido uma façanha histórica.

Mais uma vez o C.C. se reuniria - em dezembro de 1976 - e discutiria o problema do Araguaia. Na reunião, a maioria dos participantes argumentou que o artigo "Gloriosa jornada de luta" não traduzia as discussões travadas na reunião anterior e que, portanto, seria necessário levar a discussão para o

conjunto do partido e tentar, dessa forma, fazer as mudanças políticas e ideológicas que a situação pedia (Pomar, 1980, p. 50-55). As discussões, contudo, não puderam seguir o curso proposto na reunião. A polícia conseguira interceptar o aparelho onde ele acontecia e prender os seus participantes à medida em que saíam da reunião. Nem todos, porém, tiveram a mesma sorte. Foram assassinados pela polícia, na casa em que acontecia a reunião, Pedro Pomar, Angelo Arroio e João Batista Franco Drummond, nesse episódio que ficou conhecido como “massacre da Lapa”.

A partir desse momento, o PC do B ficou praticamente desarticulado até pelo menos 1980 (Gorender, 1998, p. 241). Nesse ínterim, o C. C. se reorganizou em torno de João Amazonas, que, por sua vez, não deu continuidade às discussões que haviam começado na reunião da Lapa. O novo dirigente do PC do B continuou defendendo o documento "Gloriosa jornada de lutas" como a versão oficial do partido sobre assunto (Pomar, 1980, p. 56). Em meados de 1979, o partido realiza sua VII Conferência e este documento é aprovado como a versão oficial sobre a experiência do Araguaia.

Um último exemplo, ainda ligado ao Araguaia, que demonstra a preocupação do partido com a elaboração de seu passado, pode ser encontrado no livro publicado pelo PC do B intitulado *Guerrilha do Araguaia*, no qual há uma série de materiais sobre o episódio: documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros, artigos de dirigentes, o texto de Angelo Arroyo e biografias dos participantes da guerrilha. Aqui, há um detalhe que não pode passar despercebido. Nessa publicação, versão oficial sobre a guerrilha do Araguaia, o nome de José Genoíno não figura entre os participantes da guerrilha do Araguaia.

Essa ausência certamente se deve ao fato de Genoíno ter entrado em conflito com a direção do partido no início da década de oitenta, não só em relação ao episódio do Araguaia mas também quanto ao caminho que o partido deveria seguir diante da nova conjuntura política que se abria.⁹ De qualquer forma, esse episódio demonstra que não somente o partido se preocupa com a escrita de sua história, o que esperamos ter deixado claro no decorrer deste artigo, mas que em certos casos o esforço na elaboração do passado é ainda maior. É o caso da guerrilha do Araguaia, experiência à qual o PC do B tem dedicado uma atenção especial. E não poderia ser diferente. De toda a história do PC do B, a guerrilha do Araguaia é destacada por sua direção como o exemplo que demonstra mais claramente as características que teriam norteado a sua trajetória de luta e de coerência com os princípios

⁹ Ver a lista de biografados nas páginas 76-92 (PC do B, 1996). Quanto a participação de José Genoíno na Guerrilha do Araguaia, ver entrevista sua a Marcelo Ridenti, em 6/01/1986, à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – UNICAMP.

revolucionários. Nesse caminho, usou todas as suas forças na elaboração de uma história da guerrilha que fosse digna de orgulho para seus militantes, onde não se admitem os erros que possam ter sido cometidos, e tenta-se mesmo apagar a memória da participação de certas figuras que hoje não pertencem mais ao partido.

Um bom exemplo do lugar privilegiado que ocupa pode ser visto nos materiais produzidos pelo partido para as comemorações dos trinta anos de eclosão da guerrilha. Duas características marcam essa produção. Primeiro, cada vez mais a guerrilha do Araguaia aparece como exemplo de heroísmo e abnegação de seus militantes. Nas palavras do presidente de honra do PC do B, João Amazonas, que morreu no corrente ano, a guerrilha

contou com o espírito de luta, combate, de altivez, de jovens que, mesmo perseguidos, ajudaram a enfrentar uma situação difícil – para o partido e para o povo brasileiro. A grandeza humana está aí.¹⁰

Essas características dos guerrilheiros fazem com que a experiência do Araguaia apareça como uma luta heróica para o partido e fundamental para a história contemporânea brasileira. Ainda nas palavras de Amazonas,

foi justa uma luta como a do Araguaia? Foi justa; e, mais, foi heróica. Envolveu a maior mobilização militar brasileira depois da II Guerra Mundial. A guerrilha do Araguaia teve grande importância no processo de derrota do regime militar e na redemocratização do país. Quer dizer, os estrategistas do regime chegaram à conclusão de que era preciso dar um paradeiro à ditadura naquela forma – senão onde as coisas iriam parar depois de um movimento como o Araguaia: teriam de enfrentar um movimento ainda maior?¹¹

A segunda característica que marca os artigos comemorativos dos trinta anos da guerrilha do Araguaia, e que está em consonância com o heroísmo e importância história e política ressaltados acima, é a ausência do registro de qualquer divergência que possa ter havido em torno do significado da guerrilha do Araguaia. Tanto as discussões de meados dos anos setenta, protagonizadas por vários dirigentes, que teve em Pedro Pomar o maior representante, quanto as divergências do início dos anos oitenta, quando muitos militantes saíram ou foram expulsos do partido, não estão presentes

¹⁰ Depoimento de João Amazonas dado em 2001. À disposição na Home Page do PC do B (www.vermelho.org.br)

¹¹ *Idem.*

nas comemorações dos trinta anos da guerrilha do Araguaia.¹²

A versão oficial sobre o Araguaia, entretanto, nunca conseguiu aglutinar completamente em torno de si a totalidade dos membros do partido, e abriu fendas que acarretaram graves conseqüências para o PC do B. Para ficarmos em um exemplo, no início dos anos 80, em grande parte por causa das divergências em relação ao significado da guerrilha do Araguaia, muitos militantes foram expulsos ou deixaram o PC do B e chegaram a fundar o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que teve vida efêmera.

* * *

A história tem desempenhado um papel destacado na trajetória do PC do B. A busca dessa memória se faz presente pela necessidade de justificar e legitimar o surgimento do partido, que nasceu a partir de uma cisão e não conseguia se diferenciar fundamentalmente de sua matriz, e buscou na autoridade de “ser” o verdadeiro partido comunista fundado em 1922, e guardião das tradições marxista-leninistas, a justificativa para a “reorganização” partidária e, evidentemente, para as orientações políticas que tem tomado desde então. Tarefa essa que foi relativamente bem-sucedida. Basta lembrar que, para além dos vários problemas enfrentados pelo PC do B desde o seu surgimento, ele é hoje uma peça importante na cena política nacional; e, se tomarmos como referência quer a sua “origem” em 1922 quer sua “reorganização” em 1962, ele aparece como um dos partidos de maior longevidade no país (80 ou 40 anos). Além disso, mesmo após o fim do socialismo real, que abalou e fez desaparecer muitos partidos comunistas em todo o mundo, ele continua com uma respeitável atividade política, com algumas vitórias eleitorais – vereadores, prefeitos e deputados –; participação nas frentes de esquerda montadas para as últimas disputas eleitorais para presidência da república; certa influência no sindicalismo e com uma surpreendente inserção junto aos setores jovens da população, particularmente no movimento estudantil.

Entretanto, mesmo nessa importante trajetória política, que pode servir como exemplo da eficácia de sua política e dos mecanismos internos de sustentação, entre os quais destacamos aqui a identidade política de sua militância, ancorada em uma identificação com um passado e com uma história elaborados por sua direção, há casos em que esses mecanismos não

¹² Sobre as discussões dos anos setenta em torno do significado da guerrilha do Araguaia, indicamos o livro de (Pomar, 1980). Quanto as divergências internas nos anos oitenta, seria proveitoso ver a documentação recentemente doada ao AEL, por Duarte Pereira Pacheco, que contém muitos documentos sobre o tema.

funcionam, causando graves conseqüências para o partido.

Esse é caso da guerrilha do Araguaia, um episódio que ocupa um lugar destacado na história que o PC do B conta de si mesmo, como exemplo de tenacidade de sua militância e como feito mais importante da história partidária. Ao mesmo tempo, porém, apesar de todo o esforço empreendido na construção dessa história, ela nunca alcançou completamente os objetivos de união partidária em torno de seu significado e causou muitas fissuras nessa organização, que se quer monolítica. A construção da identidade partidária, com a utilização do passado como elemento de coesão, nem sempre segue o caminho que foi planejado, e ele (o passado), às vezes caprichosamente, não se deixa congelar e continua a interpelar o presente.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Pedro. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Record, 1993.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia, GO: Edit. da UFG, 1997.
- CANALE, Dário. Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro. *Novos Rumos*, São Paulo, n. 1 v.1, jan.-mar. de 1986, p. 77-92.
- CASSIN, Marcos. Partido Comunista do Brasil (PC do B): fundação e trajetória. Piracicaba, SP: 1996, mimeo.
- CHILCOTE, Ronald. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- DIÁRIO da guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- DÓRIA, P. et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- JOFFILY, Bernardo. O melhor aniversário para o PC do B. *Questão de ordem*, São Paulo, n. 114, 15/03/1999.
- LIMA, Haroldo. Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984. 3. ed. Salvador: Editora Maria Quitéria, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974a.
- _____. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974b.
- _____. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.
- _____. *Dois caminhos opostos – PC do B e PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi,

(s/d).

_____. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974c.

_____. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

_____. *Trinta anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Wladimir. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

PORTELA, Fernando. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

SÁ, Glênio. *Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado, Campinas, SP: UNICAMP, 2000.